



Relatório Técnico: Mapeamento de Pontos de Insegurança no Campus A.C. Simões

Autor: Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Alagoas, DCE/UFAL - Quilombo dos Palmares

Data: 22 de Março de 2026

Local: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus A.C. Simões, Maceió - AL

1. Introdução e Contexto

O presente relatório técnico foi elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com o objetivo de apresentar um diagnóstico detalhado sobre as condições de segurança no Campus A.C. Simões. A motivação para este levantamento decorre de recentes e recorrentes relatos de assédio, importunação, furtos e sensação generalizada de vulnerabilidade por parte da comunidade acadêmica, que inclusive culminaram na suspensão de aulas presenciais em alguns cursos no início de 2025 [1] [2].

A segurança no ambiente universitário é um pressuposto fundamental para a garantia do direito à educação, consagrado no Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [3]. Ademais, o Artigo 6º da Carta Magna elenca a segurança como um direito social básico [4]. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) também preconiza a responsabilidade do poder público em garantir condições adequadas para o ensino, o que inclui a segurança do ambiente acadêmico [5].

Para embasar as reivindicações estudantis por melhorias estruturais, o DCE promoveu uma pesquisa de mapeamento através de formulário online, obtendo **86 respostas** detalhadas de estudantes. Este documento sistematiza esses dados, cruza-os com a legislação vigente e apresenta propostas concretas para a Reitoria e demais instâncias de gestão da universidade.

1.1. Contexto Geográfico e Social do Campus A.C. Simões

O Campus A.C. Simões da UFAL está localizado no bairro Cidade Universitária, na parte alta de Maceió, em uma área de expansão urbana. Seu entorno é caracterizado pela proximidade com a BR-104 (Av. Lourival Melo Mota), o Sistema Prisional de Alagoas e grandes conjuntos residenciais populares, como o Benedito Bentes e o Eustáquio Gomes [6]. Essa configuração geográfica, com grandes vazios demográficos e vegetação densa, aliada à dinâmica social da região, contribui para a complexidade dos desafios de segurança enfrentados pela comunidade universitária. A permeabilidade do campus e a interação com o seu entorno exigem uma abordagem de segurança que transcenda os limites físicos da universidade, considerando as vulnerabilidades e oportunidades do seu entorno.

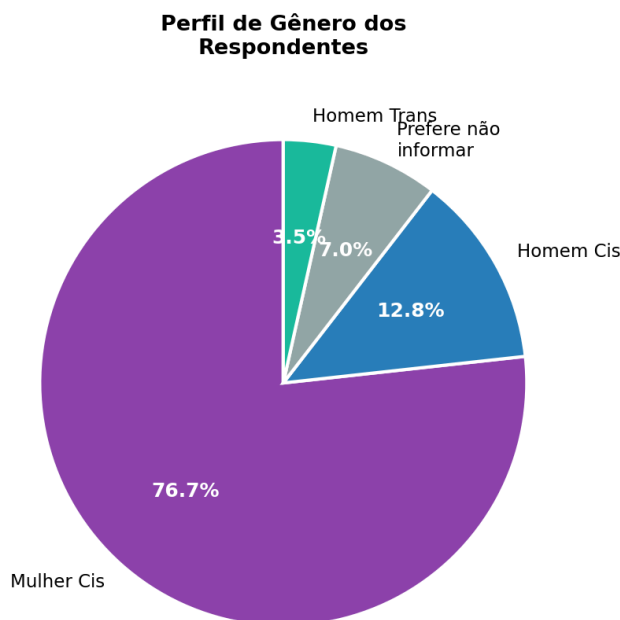
1.2. Impacto Orçamentário na Segurança Universitária

A questão da segurança no Campus A.C. Simões não pode ser dissociada da realidade orçamentária da UFAL. Nos últimos anos, as universidades federais brasileiras têm enfrentado sucessivos cortes e contingenciamentos de verbas, impactando diretamente a capacidade de investimento em infraestrutura e serviços essenciais, incluindo segurança e manutenção. Em 2026, a UFAL, por exemplo, teve um orçamento de R\$ 121 milhões após recomposição, mas ainda assim os cortes anteriores impactaram contratos de limpeza e vigilância [7] [8]. A precarização orçamentária compromete a capacidade da instituição de oferecer um ambiente seguro e adequado para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tornando a comunidade universitária mais vulnerável.

2. Metodologia de Coleta e Perfil dos Respondentes

Os dados foram coletados por meio de um formulário digital intitulado "Mapeamento de Pontos de Insegurança no Campus A.C. Simões – DCE UFAL", distribuído entre os estudantes. A análise quantitativa e qualitativa das 86 respostas permitiu identificar não apenas os locais mais críticos, mas também a natureza dos problemas enfrentados e o perfil das pessoas mais afetadas.

A análise do perfil de gênero dos respondentes revela um dado alarmante sobre a vulnerabilidade no campus: a esmagadora maioria das denúncias e relatos de medo provém de mulheres.



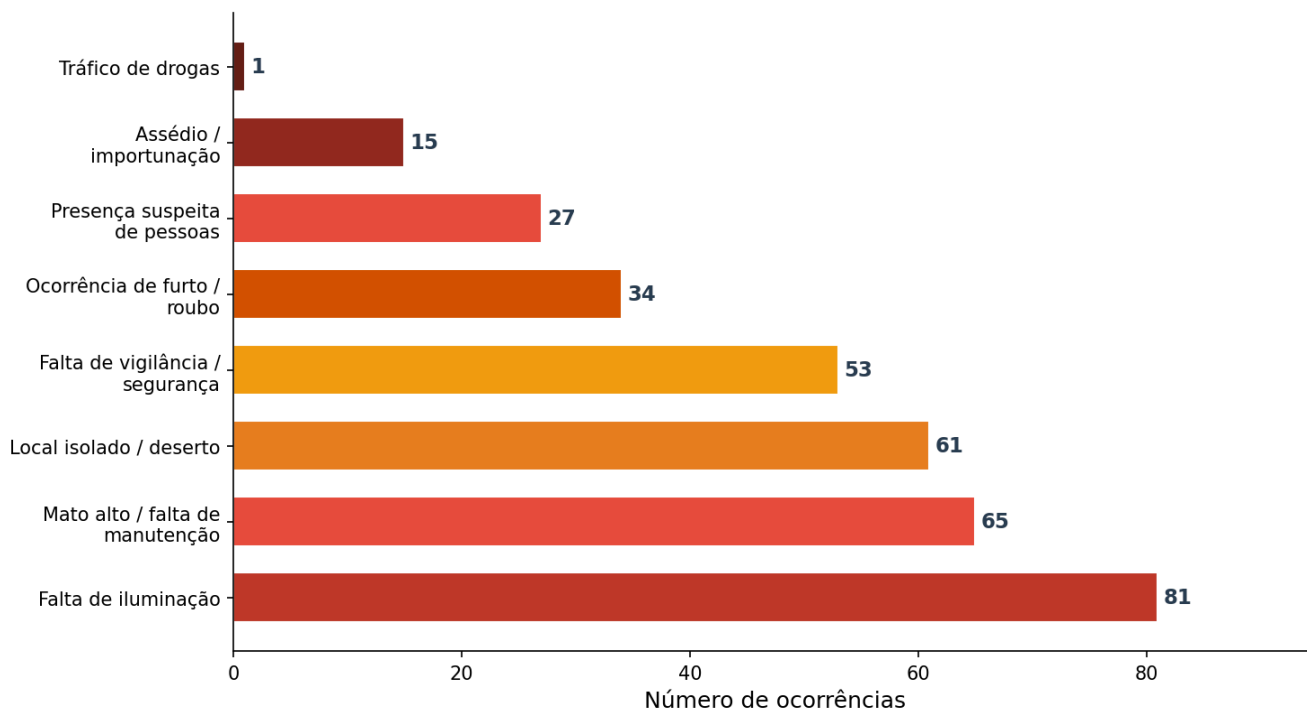
Identidade de Gênero	Quantidade	Percentual
Mulher Cis	66	76,7%
Homem Cis	11	12,8%
Prefere não informar	6	7,0%
Homem Trans	3	3,5%

Esta disparidade demonstra que a falta de segurança estrutural afeta de forma desproporcional as mulheres, limitando seu direito de ir e vir e prejudicando sua permanência na universidade, especialmente nos turnos noturnos. A questão de gênero, aliada a outros recortes sociais como raça e classe, intensifica a percepção de insegurança e a exposição a riscos, demandando uma abordagem interseccional nas políticas de segurança universitária.

3. Diagnóstico Estrutural: Problemas Identificados

A pesquisa permitiu mapear as principais falhas de infraestrutura que contribuem para a insegurança no campus. Os estudantes podiam assinalar mais de um problema por local indicado.

**Problemas Identificados no Campus A.C. Simões
(Total de 86 respondentes)**



Os dados revelam que a raiz da sensação de insegurança e das ocorrências criminais está profundamente ligada ao abandono estrutural do campus. Os quatro problemas mais citados são de responsabilidade direta da gestão de infraestrutura da universidade:

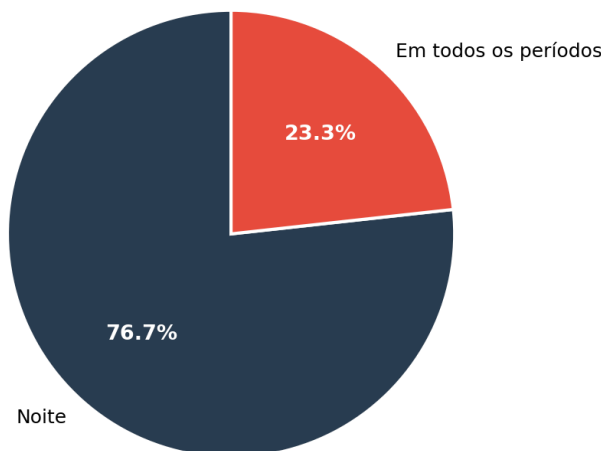
1. **Falta de iluminação (81 menções):** Presente em 94% dos relatos, a escuridão transforma o campus em um ambiente propício para abordagens indesejadas e crimes patrimoniais.
2. **Mato alto e falta de manutenção (65 menções):** O crescimento desordenado da vegetação serve como esconderijo, reduzindo o campo de visão e anulando a chamada "vigilância natural".
3. **Locais muito isolados ou desertos (61 menções):** A falta de fluxo de pessoas em rotas essenciais (como o caminho para o Restaurante Universitário ou pontos de ônibus) agrava o risco.
4. **Falta de vigilância e segurança (53 menções):** A ausência de rondas efetivas ou postos de segurança visíveis em áreas estratégicas deixa a comunidade desamparada.

3.1. Natureza das Ocorrências e Período de Risco

Além dos problemas estruturais, os estudantes relataram a ocorrência de crimes e situações de risco efetivo: **furtos/roubos (34 menções)**, **presença suspeita de pessoas (27 menções)** e **assédio/importunação (15 menções)**.

O período noturno é, de forma contundente, o momento de maior vulnerabilidade. Das 86 respostas, **66 (76,7%)** apontaram a **Noite** como o período mais perigoso, enquanto **20 (23,3%)** afirmaram que o local é perigoso **Em todos os períodos**.

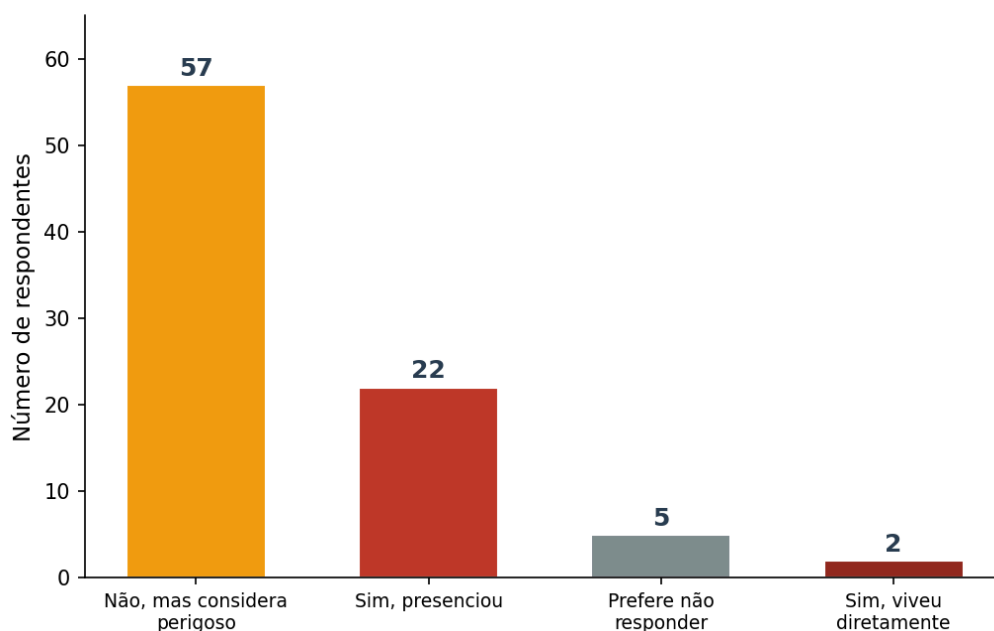
**Período de Maior Risco
Percebido pelos Respondentes**



3.2. Nível de Exposição ao Risco

A pesquisa também questionou se o estudante já havia vivenciado ou presenciado alguma situação de risco no local indicado.

**Experiência com Situações de Risco
no Campus**

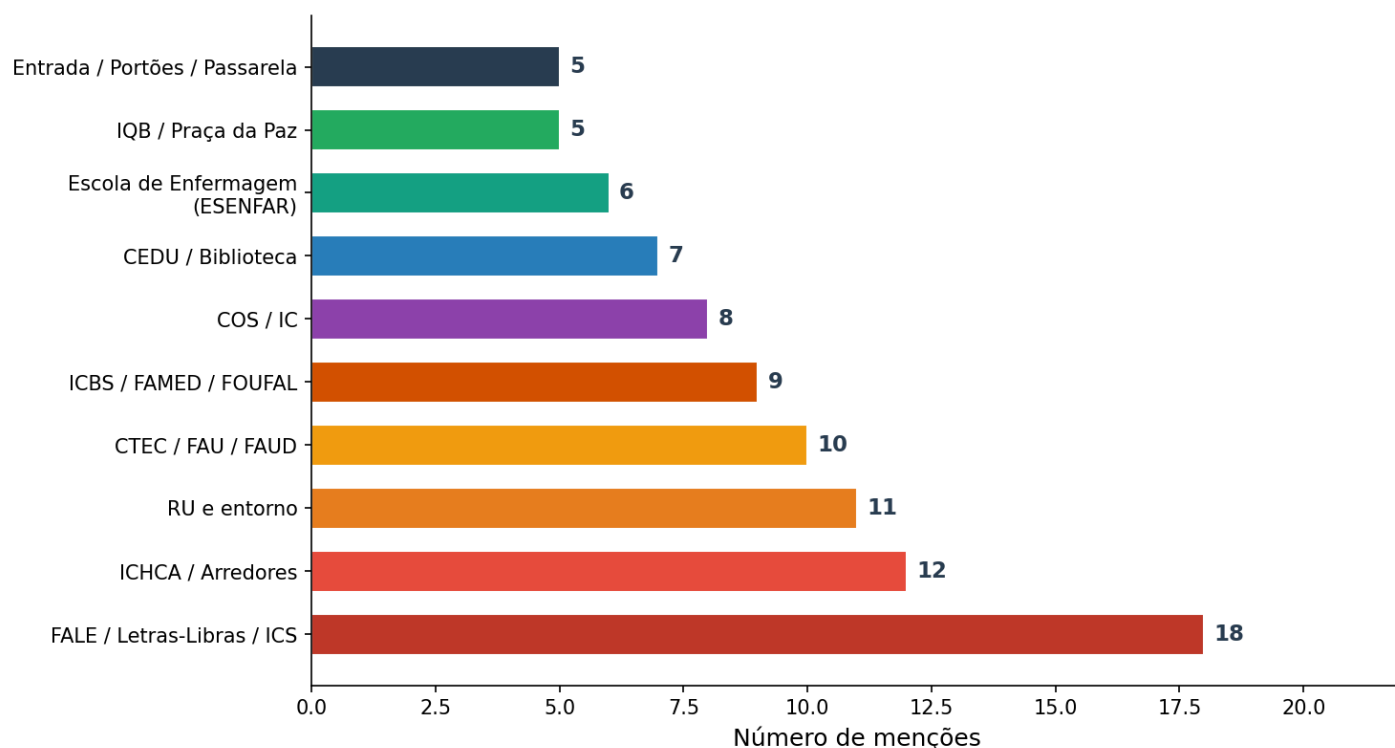


Embora a maioria (57 estudantes) não tenha sido vítima direta, o fato de considerarem o local perigoso reflete uma restrição à sua liberdade de circulação. Preocupa, no entanto, que **24 estudantes (quase 28% da amostra)** relataram ter presenciado ou vivido diretamente situações de risco, o que comprova que o problema ultrapassa a mera "sensação" e se materializa em violência real.

4. Mapeamento Geográfico: Áreas Críticas

A análise das respostas abertas permitiu agrupar os locais citados em macrorregiões do campus, evidenciando as áreas que necessitam de intervenção urgente.

**Áreas e Blocos Mais Citados como Inseguros
(agrupamento por região/bloco)**



Região / Bloco	Número de Menções	Principais Reclamações
FALE / Letras-Libras / ICS	18	Escuridão extrema, mato alto, isolamento. Relatos de assaltos e assédio.
ICHCA / Arredores	12	Rua por trás do bloco sem iluminação, proximidade com áreas abertas.
RU e entorno	11	Caminhos de acesso escuros, falta de transporte interno, esconderijos.



Região / Bloco	Número de Menções	Principais Reclamações
CTEC / FAU / FAUD	10	Saídas e arredores desertos no período noturno.
ICBS / FAMED / FOUFAL	9	Trajetos longos e sem iluminação adequada.
COS / IC	8	Rua de acesso descrita como "um breu".

Relatos em Destaque:

"Venho por meio deste expressar minha preocupação com a falta de iluminação na Fale, especialmente no período da noite. A escuridão pode favorecer a ocorrência de incidentes [...] no ano passado, presenciei um assalto em que o agressor se passou por um mototaxista." — Estudante, Mulher Cis.

"O local está com mato muito alto e não tem iluminação. Os matos estão na altura de uma pessoa e é muito perigoso." — Estudante sobre o entorno do ICS.

"Já presenciei episódios de roubos, além das inúmeras situações de me sentir extremamente exposta ao perigo por estudar num bloco (ICHCA) que pela noite é muuuito perigoso, por ser distante e escuro." — Estudante, Mulher Cis.

5. Fundamentação Legal, Institucional e Boas Práticas

A omissão na manutenção estrutural do campus não é apenas uma falha administrativa, mas uma violação de direitos fundamentais e normativas técnicas. A segurança universitária deve ser compreendida como um pilar da gestão acadêmica, integrando aspectos legais, sociais e de infraestrutura.

5.1. O Direito à Educação Segura e a Responsabilidade do Estado

A Constituição Federal, em seus artigos 205 e 206, garante o direito à educação e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola/universidade [3]. A insegurança noturna, que afeta principalmente as mulheres, fere o princípio da permanência, forçando estudantes a abandonar disciplinas ou cursos noturnos por medo. A LDB (Lei nº 9.394/96) reforça a responsabilidade do poder público em assegurar padrões de qualidade e condições adequadas para o ensino, o que inclui a segurança do ambiente acadêmico [5]. A segurança pública, dever do Estado, conforme o Art. 144 da CF/88, também se estende aos campi universitários, não podendo a universidade se eximir de sua responsabilidade em colaborar com os órgãos de segurança e, principalmente, em garantir a segurança interna através de medidas preventivas e estruturais [9].

5.2. Normas Técnicas de Iluminação (ABNT NBR 5101)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da NBR 5101, estabelece os requisitos para iluminação de vias públicas, cujo objetivo principal é propiciar segurança aos tráfegos de pedestres e de veículos [10]. A iluminação de um campus universitário deve seguir parâmetros técnicos que garantam a visibilidade de obstáculos e a identificação de pessoas a uma distância segura, o que claramente não está ocorrendo no Campus A.C. Simões. A adequação a esta norma é um requisito técnico básico para a segurança viária e pessoal no campus.

5.3. Combate ao Assédio nas Universidades e a Perspectiva Interseccional

Um relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU), Acórdão 505/2025, apontou que 60% das universidades federais brasileiras não possuem políticas efetivas de prevenção e combate ao assédio [11]. A UFAL deve considerar a iluminação e o controle de vegetação como a primeira camada de uma política de prevenção à violência de gênero e ao assédio sexual, reduzindo as oportunidades ambientais para a prática desses crimes. A análise interseccional da segurança universitária reconhece que estudantes mulheres, negras, LGBTQIA+ e de baixa renda podem enfrentar vulnerabilidades adicionais, exigindo políticas de segurança que considerem essas especificidades para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo e seguro para todas e todos [12].

5.4. Experiências de Outras Universidades

Outras universidades federais no Brasil têm desenvolvido políticas e estratégias para aprimorar a segurança em seus campi. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, possui uma Política de Segurança Institucional (PSI) que orienta a elaboração de normas e procedimentos, com foco na educação e prevenção [13]. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB) também investem em sistemas integrados de segurança, com monitoramento por câmeras, equipes de vigilância treinadas e programas de conscientização. Essas experiências demonstram que a segurança universitária eficaz é multifacetada, envolvendo não apenas a infraestrutura física, mas também a gestão de pessoas, a tecnologia e a participação da comunidade acadêmica na construção de um ambiente seguro.

6. Conclusões e Reivindicações

Os dados coletados pelo DCE demonstram de forma inequívoca que a insegurança no Campus A.C. Simões é, em grande medida, um problema de infraestrutura e gestão de espaços, agravado pelo contexto geográfico e social do entorno e pela precarização orçamentária. A escuridão, o mato alto e a falta de circulação de transporte interno criam um ambiente hostil, especialmente para as estudantes mulheres no período noturno, comprometendo o direito à educação segura e à permanência na universidade.

Diante do exposto, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFAL reivindica, em caráter de urgência, à Reitoria e à Superintendência de Infraestrutura (SINFRA):

- Plano Emergencial de Iluminação:** Substituição imediata de lâmpadas queimadas e instalação de novos postes de luz nas rotas críticas mapeadas neste relatório (FALE, ICS, ICHCA, rotas para o RU e ICBS), seguindo a norma ABNT NBR 5101 [10].
- Mutirão de Limpeza e Capinação:** Poda regular de árvores e capinação do mato alto, especialmente nas áreas que margeiam calçadas e pontos de ônibus, para restaurar a visibilidade e eliminar esconderijos.
- Retomada e Ampliação do Transporte Interno (Circular):** Garantia de rotas frequentes e seguras de ônibus circulares no período noturno, interligando os blocos mais isolados aos portões principais e ao Restaurante Universitário, com especial atenção aos horários de saída das aulas noturnas.
- Revisão do Plano de Segurança Patrimonial:** Alocação estratégica de vigilantes em pontos fixos nas áreas de maior vulnerabilidade (FALE, ICHCA, CTEC) durante o turno da noite, além de rondas motorizadas constantes, com foco na prevenção de crimes e assédios.
- Criação de Canais Rápidos de Denúncia e Acolhimento:** Estabelecimento de totens de emergência ou aplicativos institucionais para acionamento rápido da segurança do campus em casos de assédio ou atitudes suspeitas, e a

implementação de um protocolo de acolhimento e acompanhamento às vítimas, conforme as recomendações do TCU [11].

6. **Diálogo Permanente com o Entorno:** Estabelecimento de canais de comunicação e colaboração com as forças de segurança pública e as comunidades do entorno do campus para ações conjuntas de prevenção e combate à criminalidade.
7. **Transparência Orçamentária e Priorização da Segurança:** A Reitoria deve garantir a transparência na alocação de recursos para segurança e infraestrutura, priorizando investimentos que impactem diretamente na melhoria das condições de segurança do campus, mesmo diante de contingenciamentos orçamentários.

A garantia da segurança não se resume ao policiamento, mas passa fundamentalmente pelo cuidado com o espaço público e pela valorização da vida acadêmica. A comunidade estudantil exige uma universidade onde o direito de estudar não custe a própria segurança, e onde todas e todos possam se desenvolver plenamente, sem medo.

Referências

- [1] Notícias UFAL. "Comunidade acadêmica discute segurança pública em audiência pública". 24 Feb 2025. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/estudante/noticias/2025/2/comunidade-academica-discute-seguranca-publica-em-audiencia-publica>
- [2] G1 Alagoas. "Cinco cursos da Ufal suspendem aulas presenciais devido a insegurança em campus de Maceió". 31 Jan 2025.
- [3] Presidência da República. "Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 205". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- [4] Presidência da República. "Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 6º". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- [5] Presidência da República. "Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- [6] Repositório UFAL. "Análise de riscos na segurança de instituições de ensino: um estudo de caso no Campus A.C. Simões". 27 Set 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/16424/1/An%C3%A1lise%20de%20riscos%20na%20seguran%C3%A7a%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%3A%20um%20estudo%20de%20caso%20no%20Campus%20A.C.%20Sim%C3%B5es.pdf>
- [7] Adufal. "Ufal terá orçamento de R\$ 121 milhões em 2026 após recomposição". 21 Jan 2026. Disponível em: <https://www.adufal.org.br/Conteudo/31961>
- [8] Sintufal. "Nota do Sintufal sobre os cortes no orçamento da Ufal". 14 Jan 2026. Disponível em: <https://sintufal.org.br/contendo/3517/nota-do-sintufal-sobre-os-cortes-no-orcamento-da-ufal>
- [9] Presidência da República. "Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 144". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- [10] ABNT. "ABNT NBR 5101:2012 - Iluminação pública - Procedimento".



[11] Tribunal de Contas da União (TCU). "Acórdão 505/2025-TCU-Plenário - Relatório de Auditoria Operacional nos sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais". Mar 2025. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/doc/acordao-completo/505/2025/Plen%C3%A1rio>

[12] NIPP UFSC. "Insegurança nos campi das universidades brasileiras". Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/files/2017/08/Pesquisa.Entrevistas-1.pdf>

[13] Gov.br. "Política de Segurança Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina". 16 Jun 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/politica-de-seguranca-institucional-da-universidade-federal-de-santa-catarina>